



PERO GÂNDAVO E AS MEMÓRIAS PORTUGUESAS

Bianca Dorothea Batista * 1

*Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)

e-mail: biadbatista@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a construção discursiva do Brasil na crônica de Pero de Magalhães Gândavo, História da Província Santa Cruz que vulgarmente chamamos Brasil (1576) e na coletânea de viagem de Lancelot Voisin de la Popelinière Trois Mondes (1582). Gândavo defende o direito de posse portuguesa sobre o Brasil e projeta as nações concorrentes, em especial os franceses, como corsários. O huguenote Popelinière, por sua vez, defende o direito de posse e de exploração francesa sobre a região. Os embates políticos entre essas nações, os quais ocorriam no cenário político, também se faziam presente no cenário editorial.

Palavras-chave: Pero Gândavo; Lancelot Popelinière; Brasil.

PERO GÂNDAVO AND THE PORTUGUESE MEMORIES

Abstract: The aim of this article is to analyze the discursive construction of Brazil in Pero de Magalhães Gândavo's chronicle History of the province Saint Cross, which is commonly named Brazil (1576) and in Lancelot Voisin de la Popelinière's travel collection The Three Worlds (1582). Gândavo defends the Portuguese right of possession over Brazil and projects the competing nations, mainly the French, as privateers. The Huguenot Popelinière, by the other hand, defended the French right of possession and exploitation over the region. The political clashes between these nations that occurred in the political scenario also took place at the editorial scenario.

Keywords: Pero Gândavo; Lancelot Popelinière; Brazil.

1 Professora de Estudos Linguísticos da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA. Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019). Realizou estágio de pesquisa na Europa-Universität Viadrina Frankfurt (Oder), Alemanha (2017). Atualmente é membra do grupo de Estudos Literários e Linguísticos da Amazônia (GELLA) e do Grupo de Estudos Bakhtinianos (GEBAKH).



Introdução

Coser (2017, p. 234) afirma que os “livros, praças, monumentos ou comemorações evitam que as memórias vivas se percam” e, a partir dessa assertiva, entende-se a proposta editorial de Gândavo de documentar as memórias portuguesas sobre o Brasil, visto que a disputa política pelas terras do Novo Mundo também se fazia presente no cenário discursivo, fazendo com que as tensões entre Portugal e as nações concorrentes também ocorressem no livro impresso.

A intrínseca relação entre a materialidade histórica e o discurso perpassa a dinâmica social e literária das comunidades linguísticas, e compõe o que os sujeitos “falam e escrevem” em uma determinada temporalidade. Pautados na ótica teórico-metodológica bakhtiniana (2003), defende-se que os discursos não estão vazios de significado e que estabelecem uma relação dialógica com outros, isto é, os discursos assumem uma atitude responsiva frente a outros. Os conceitos de Foucault (1999) acerca das regras vigentes nos campos discursivos também são extremamente relevantes para pesquisa, pois tais regras determinam a forma pela qual o cronista e o editor estruturam as informações e a noção de poder como um espaço de tensão contínua nas relações sociais e intrínsecas a todas as sociedades.

Com base nesses conceitos, será feito um breve percurso pelas obras *A História da Província de Santa Cruz* que vulgarmente chamamos Brasil (1576) e *Trois Mondes* (1582) com o intuito de analisar os motivos que levaram o cronista português Pero de Magalhães Gândavo a escrever uma história sobre a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao Brasil e a ocupação da região, e Lancelot Voisin de la Popelinière a escrever acerca das viagens e descobertas dos franceses na parte sul-americana, no caso em questão, a província do Brasil. Estes livros fazem parte de um projeto discursivo de persuadir os monarcas e possíveis patronos a investir massivamente em expedições marítimas de colonização e exploração das Américas, configurando-se, com isso, como um palco discursivo de disputa pelas terras das Américas, em especial, o Brasil.



Memórias e o direito de posse

Os diferentes nomes atribuídos a esta região do Atlântico Sul, Brasil, América, Terra dos Papagaios, Terra Brasilis, (SOUZA, 2001) não demarcavam semanticamente o vínculo do Brasil nem com o reino de Avis e nem com o catolicismo e, por isso, Pero Gândavo defende o nome verdadeiro da província no título da sua obra, com a substituição do nome Brasil pelo nome Santa Cruz, e de Terra, para Província, o que ocasionou, conseqüentemente, uma mudança no nome dos livros escritos sobre a província, de Tratado da Terra do Brasil (1570 [1826]) passa a História da Província de Santa Cruz (1576).

Gândavo acreditava que os monarcas precisavam projetar a província americana em primeiro plano nas suas ambições imperiais, pois, do contrário, as nações concorrentes, como a França, continuariam a saquear as riquezas da província e seus editores dentre outros escreveriam uma nova história sobre o Atlântico Sul. A escolha do nome História, ao invés de Tratado, aponta, semanticamente, que os portugueses precisam dar continuidade a história da região que havia começado com a descoberta de Pedro Álvares Cabral e estava estagnada editorialmente “setenta e tantos anos [desde] a descoberta da província” (GÂNDAVO, 2003, p. 5).

Pero Gândavo (1576), pautado nas premissas do cronista português João de Barros (1552 [1988]), defende que o nome atribuído pelo descobridor português à província deveria ser mantido para indicar lexicalmente o vínculo da província com o catolicismo. Dick (1990) afirma que o contexto histórico e religioso da época, a contrarreforma, motivou a nomeação da província dentre outros espaços geográficos com termos religiosos. O elo toponímico estabelecido ente a província e o catolicismo estendeu-se com a implementação da catequização dos povos autóctones que, no processo de conversão à religião europeia, assumiam um novo nome fazendo, com isso, que o ato de dominação religiosa se implementasse tanto na toponímia quanto no novo nome próprio.

Em contrapartida, Popelinière (1582) defende que o nome da região é Brasil, pois os navegantes franceses comercializavam o pau-brasil com os autóctones locais. A tintura avermelhada da madeira era utilizada para tingir tecidos de lã e seda, e, em virtude do valor desse produto no mercado têxtil e da alta procura desta madeira pelas indústrias francesas (VIDAL, 2020), os comerciantes franceses associaram a província à matéria prima oferecida, o pau-brasil (GAFFAREL, 1878). A denominação, desta forma, é perpassada por “aspectos



sociais, religiosos, culturais, organização política e linguística de um determinado grupo” (ANDRADE, 2010, p. 209).

Além das questões religiosas e comerciais, o ato de nomeação também envolveu questões políticas e econômicas. Segundo Greenblatt (1996), a descoberta e a ocupação ibérica, nas terras ultramarinas, envolveram atos de posse, que consistiam na ação simbólica de erguer cruzes, na ação linguística de nomear o território e tudo quanto nele havia e na ação discursiva de escrever sobre as terras e nativos. A defesa do nome da província era importante para a estruturação de uma história de descoberta portuguesa no Atlântico, pois o nome “correto” ratificava o pioneirismo lusitano, a submissão religiosa e política da província à Portugal e, por isso, o primeiro capítulo da obra é “De como se descobriu esta província, e a razão por que se deve chamar Santa Cruz e não Brasil” (GÂNDAVO, 2008, p. 90).

Greenblatt (1991) afirma que os relatos de viagem eram submetidos a um conjunto de ritos que validavam a veracidade do texto e asseguravam o direito de posse dos descobridores. As práticas jurídicas exigiam provas escritas que validassem a primazia da descoberta e, por isso, os colonizadores asseguraram-se de que as descobertas, os autóctones, a fauna e a flora locais fossem escritas na presença de testemunhas, como o escrivão e a tripulação. Os documentos escritos acompanhados de insígnias reais e assinaturas asseguravam, com isso, a veracidade do texto e a sua legalidade social na sociedade europeia.

Michel de Certeau (1982) acredita que a descoberta do Novo Mundo engendrou um novo funcionamento da escrita na sociedade, pois passou a integrar o processo de conquista das novas terras. A experiência dos navegantes deveria ser transportada para o suporte manuscrito, pois na oralidade as palavras “[diluem-se] tão logo enunciadas” (CERTEAU, 1982, p. 214). A descoberta e renomeação das ilhas não poderiam “diluir-se” no ato de enunciação e no seu local de produção. E, em virtude disso, a materialidade da palavra permitiria manter intacto o valor simbólico dos atos de posse performados no local. Esses mecanismos fazem parte das exigências escriturárias da sociedade e, por isso, a escrita não envolve exclusivamente uma individualidade, mas um centro do qual parte e retorna, isto é, uma prática discursiva exigida nos procedimentos de produção e recepção de textos.

Os textos orais e escritos eram hierarquizados na sociedade escriturária cristã- a oralidade era categorizada como efêmero e fantasioso, já a escrita, era entendida como



preservação, verificação e colonização. A memória dos navegantes e colonizadores, dessa forma, precisava ser transportada para o suporte material para que outros sujeitos pudessem comprovar o visto com o escrito e para que o espaço geográfico e os corpos ameríndios fossem preenchidos com civilidade. O suporte físico manteria intacto a veracidade do seu testemunho, pois “as operações escriturárias produzem, preservam, e cultivam verdades imperecíveis” (CERTEAU, 1982, p. 212). Além dos mais, a preservação desse evento no suporte impresso asseguraria a sua integridade e evitaria que fosse modificado por diferentes pessoas ou desaparecesse com o passar do tempo, já que “a escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar” (CERTEAU, 1982, p. 174).

Roger Chartier (2007), por sua vez, afirma que o “medo do esquecimento” fez com que desde os anos da antiguidade até a era moderna, as sociedades fizessem uso de diversos objetos, como pedra, papiro e folha, para que o passado pudesse perdurar pela posteridade e ser retomada em qualquer temporalidade. A luta da memória contra o esquecimento fez com que a escrita fizesse parte da dinâmica social. Tal concepção é apresentada no prólogo da obra de Gândavo para justificar a relevância de escrever e publicar livros sobre a província americana: “os antigos portugueses, e ainda os modernos não foram tão pouco afeiçoados à escritura como são; não se perderão tantas antiguidades entre nós, de que agora carecemos nem houvera tão profundo esquecimento de muitas cousas” (GÂNDAVO, 2008, p.89).

Partindo da concepção de que “a descoberta e conquista são em si um grande projeto de escrita em que os conquistares irão traçar a escrita da conquista” (CERTAU apud LANE; PEGGY, 1998, p. 50, tradução nossa), a província descoberta deveria ser descrita como parte da dinâmica portuguesa, no Atlântico, e não como um erro de rota de Cabral rumo às Índias, como apresentado nas obras portuguesas anteriores, *História do Descobrimento e Conquista das Índias pelos Portugueses (1551)*, de Fernão de Castanheda; *Décadas da Ásia (1552)*, de João de Barros e *A Crônica do Felicíssimo rei Dom Manoel (1566)*, de Damião de Góis.

Muitos cronistas lusitanos escreveram sobre a história do reino, na Ásia. Porém ninguém havia escrito sobre o novo continente. Como esta conquista ultramarina não poderia mais continuar “sepultada em tanto silêncio”, no cenário editorial, Gândavo decide incluir a província americana na história expansionista do reino, como pode ser notado na



substituição do nome do livro ao longo das suas edições. A proposta de escrever uma história lusitana no Atlântico também poder ser notada ao longo das edições do livro de Gândavo, em especial na versão impressa dedicada a Dom Lionis Perreira, em que inicia a história da província com um capítulo informando a descoberta por Pedro Álvarez Cabral e o nome atribuído por ele no ato da descoberta.

Pero Gândavo toma para si o encargo de escrever sobre a descoberta, a fauna, a flora e os costumes das tribos locais na província americana por considerar que tais informações “mereciam ser registradas”. Havia, na província, “cousas dignas de grande admiração e notáveis” que não poderiam mais continuar “sepultada em tanto silencio” GÂNDAVO, 2008, p.89). A província transatlântica fazia parte da trajetória expansionista do reino e, por isso, precisava existir uma memória lusitana nas Américas. “A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história, e sair com ela à luz, foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta província é descoberta” (GÂNDAVO, 2008, p.89).

O gramático-cronista acredita que a escrita foi um dos principais elementos que asseguraram a soberania de uma nação (gregos e romanos) em relação a outras (bárbaros), pelo fato de “a escritura ser vida da memória, e a memória uma semelhança da imortalidade” (GÂNDAVO, 2008, p.91). As viagens realizadas pelos gregos e romanos assim como sua literatura filosóficas, geográficas, jurídicas e matemáticas só chegaram aos outros povos por meio da escrita. Esses conhecimentos foram traduzidos e absorvidos pelas nações europeias (*translatio studii*) e, além disso, o modelo de poder soberano romano foi transferido para Portugal, (*translatio imperii*). Os portugueses superarem os imperadores romanos em feitos gloriosos e, com isso, emergiu na era moderna o império português e uma Nova Lusitânia nas Américas, “permitirá Deus que floresça tanto a terra desta nova Lusitânia, que com ela se aumente muito a Coroa destes reinos, e seja dos outros invejada para que não desejemos terras estranhas” (GÂNDAVO, 2008, p.78).

Para que as memórias do império português na Nova Lusitânia fossem imortalizadas, as notícias sobre a região precisavam ser escritas e divulgadas aos portugueses para que eles soubessem acerca das riquezas naturais e locais da região e com isso, o rei, os nobres e os comerciantes se sentissem encorajados em financiar a exploração da região, e os pobres do reino, a servirem de contingente humano para colonização. A história portuguesa no Atlântico Sul havia começado com a descoberta de Pedro Álvarez



Cabral, em 1500, e precisava ter continuidade com o povo lusitano, tendo os conterrâneos das mais diferentes camadas sociais como principais atores da história da província de Santa Cruz.

O papel de descobridor é um dos principais elementos reivindicados por Gândavo. A ausência de uma historiografia portuguesa sobre o pioneirismo lusitano no Atlântico Sul cedia espaço para que outras nações ocupassem a posição de descobridor e que fosse de conhecimento público o nome que circulava nos livros franceses ingleses, holandeses e italianos, Brasil, e não o nome dado pelo descobridor português, Terra de Santa Cruz.

A promoção de uma “escrita da conquista” francesa (CERTAU apud LANE; PEGGY, 1998, p. 50, tradução nossa) por sua vez, começa com uma cronologia marítima na obra de Popelinière, *Trois Mondes* (1582). O huguenote afirma que a curiosidade dos gregos e latinos permitiram que eles conseguissem desbravar lugares para além do mundo conhecido e eternizassem seus nomes na literatura de viagem. Posteriormente, a mesma curiosidade motivou os italianos, portugueses e espanhóis a viajarem para além do mar mediterrâneo e descobrirem novos continentes tornando-se, com isso, pioneiros no cenário das navegações na era moderna.

Com o intuito de despertar “o espírito e a coragem francesa que estava adormecida” (POPELINIÈRE, 1592, s/n), o huguenote assume a atribuição de escrever sobre todas as viagens marítimas realizadas, desde as greco-latinas até as viagens das nações europeias, incluindo aquelas realizadas pelo próprio reino, com o intuito de “despertar” a nação para a necessidade de se engajar, massivamente, em empreitadas marítimas, pois se os franceses também tivessem sido movidos pela mesma “curiosidade” que moveu os gregos e latinos a desbravarem o mediterrâneo e às nações vizinhas, o Atlântico e o Pacífico, eles teriam subsídios materiais e diplomáticos suficientes para questionarem documentos internacionais, como o Tratado de Tordesilhas (1494), que dividia o Novo Mundo apenas entre Portugal e Espanha.

Na obra *Trois Mondes* (1582), Popelinière divide a historiografia marítima de acordo com as noções geográficas conhecidas até aquele momento. Com isso, a primeira parte era dedicada às viagens ao velho mundo e, com isso, destacava-se as empreitadas gregas e latinas; a segunda, à descoberta do Novo Mundo por Cristóvão Colombo, dentre as viagens espanholas, portuguesas e francesas ao novo continente; e a terceira, aos testemunhos referentes à Terra Australis, uma região que não havia sido, efetivamente, explorada por



nenhuma nação europeia e que poderia configurar-se como uma oportunidade para o reino francês assumir um protagonismo no cenário marítimo. Dentre os três mundos, o velho (Europa), o novo (Américas) e o desconhecido (Terra Australis) (PARKS, 2011) o reino francês poderia reconfigurar sua presença no Novo Mundo e iniciar uma atuação na Terra Australis tanto para solucionar os embates religiosos internos quanto para reconstruir a historiografia marítima francesa.

Com o intuito de projetar discursivamente o reino no cenário marítimo, o huguenote inicia o terceiro capítulo, dedicado ao Novo Mundo, com os relatos sobre a chegada e permanência da expedição colonizatória liderada pelo capitão Nicholas Durand de Villegagnon ao Brasil. O relato descreve a viagem de Villegagnon para descobrir alguma região fora da Europa onde os huguenotes pudessem habitar e “viver em liberdade de consciência”. Nesta busca por uma região para fugirem das perseguições religiosas, o capitão descobriu o Brasil.

Os discursos deste último livro, vos confirmará ainda melhor o que acima pelos ensaios que a nação francesa fez na descoberta conquista & povoação da outra porção America, chamado Brasil, e os portugueses, na Terra de Santa Cruz, onde vocês vêem coisas estranhas do que em tudo já feito na sua frente de vocês [...]

No ano de mil e cinquenta e cinco, Nicolas Durant da Província de Brie, posteriormente nomeado Villegagnon, vice-almirante da cavalaria de Malta, indignado com as perseguições aos Lutheriennes de algum desprazer na Bretanha [...] decidiu se retirar para algum país distante onde ele pudesse viver com liberdade de consciência, na terra do Brasil, uma das partes mais férteis da América [...]. Villegagnon acompanhado por Andre Thevet, conhecido por sua Cosmografia Francesa e outros trabalhos louváveis, guarnecido de numerosos homens, pilotos, marinheiros [...]” (PEPELINIÈRE, 1582, s/n, tradução nossa).

Popelinière cita as obras do cosmógrafo André Thévet, que integrou a expedição de Villegagnon, com o intuito de utilizar as memórias e iconografias de *Les Singularitez de la France antarctique* (Paris, 1557) e *La cosmographie universelle de tout le monde* (Paris, 1575) como prova textual da veracidade da tentativa de colonização francesa na França Antártica e do direito de posse francês sobre esta região. Posteriormente, o huguenote Jean de Lery publica a obra, *L’Histoire d’un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique* (1578), fornecendo mais informações sobre a malograda colonização francesa e contestando algumas assertivas de Thévet.

Segundo Popelinière, após a retirada dos franceses, o rei Dom Manuel enviou embarcações para ocupar o Brasil, pois o monarca acreditava que Pero Álvares Cabral havia



descoberto a região sendo que, na verdade, o capitão navegara em uma região próxima à Guiné descobrindo, assim, Santa Cruz, e não o Brasil. Esta região também ficava ao sul do continente e era tão próspera quanto a França Antártica, “[O Brasil] está a quarenta e cinco graus, estando, assim, em uma parte sob a zona tórrida e a outra [Santa Cruz] sob a região temperada como assegura Pêro de Magalhães a D. Luís Perreira, governador do país” (POPELINIÈRE, 1582, s/n, tradução nossa).

Popelinière cita a obra de Gândavo para afirmar que a costa sul-americana era composta de duas regiões, Santa Cruz, descoberta pelo português Pedro Álvares Cabral, em 1500, e o Brasil, descoberto por franceses que comercializavam com os autóctones na costa antes mesmo da expedição oficial de Binot Paulmier de Gonneville em 1503. Segundo o huguenote, os franceses foram os primeiros a descobrir e comercializarem com os autóctones no Brasil, em uma região chamada de Porto Real e isso permitiu que “no espaço de quatro ou cinco anos os franceses penetrassem mais no interior do país do que os portugueses em cinquenta anos” (BARBOSA, 1923 apud VIDAL, 200, p. 10, tradução nossa).

Contudo, o huguenote lamenta a ausência de manuscritos dos primeiros navegantes e comerciantes franceses sobre a chegada ao Brasil, pois essa carência textual permitiu que os portugueses, que “possuíam teorias e experiências em descobertas marítimas” (POPELINIÈRE, 1582, s/n), enviassem expedições para a região e alegassem direito de posse apagando, com isso, o protagonismo francês tanto na descoberta do Brasil quanto na nomeação da primeira cidade visitada, que de Porto Real passou para Rio de Janeiro.

Em virtude disso, o huguenote precisa recorrer à outras memórias francesas, como os relatos e as iconografias sobre as expedições ao Brasil, e as narrativas e os mapas publicadas em outras obras com o intuito de formar um arcabouço textual que sustentasse o direito francês de explorar e colonizar essa região. Pode-se mencionar, como exemplo, o mapa do Brasil produzido por Giacomo Gastaldi baseado no relato de um “grande navegador francês de Dieppe” (OKUNEVA, 2013, p. 11) e publicado na coletânea de viagem do historiador veneziano Giovanni Battista Ramusio, *Delle Navigationi et Viaggi* (1556). No mapa, há cinco embarcações navegando rumo ao Brasil, duas com o brasão do reino francês, flor-de-lis, e outros três com o brasão do reino lusitano, cruz de malta, o que demonstra que a região era alvo de disputa das duas nações que recorriam a diversos meios para garantir um direito de posse sobre a região.



As alianças comerciais com os ameríndios foram sólidas tanto no campo comercial quanto bélico, pois, além de explorarem livremente o pau-brasil, dentre outras materiais primas locais, os franceses contaram com o apoio dos nativos para implementarem uma colônia calvinista no Rio de Janeiro (DICKSON 1984), conhecida como França Antártica (1555-1557). As autoridades lusitanas sabiam do perigo que representava as alianças comerciais e bélicas entre franceses e indígenas, como apresentado no seguinte trecho: “Daqui [de Bertioga] defendem esta Capitania dos índios e franceses com artilharia que há na mesma fortaleza” (GÂNDAVO, 1980, p.40).

Segundo McGrath (1996, p. 389), muitos corsários franceses eram patrocinados pelos comerciantes de Rouen que precisavam de pigmentos naturais para sua indústria têxtil, como o pigmento do pau-brasil, e faziam uso dos embates entre portugueses e indígenas para estabelecerem alianças locais e explorarem o pau-brasil. Além das autoridades locais, o cronista Gândavo também sabia do perigo que estas alianças representavam para o reino lusitano, o que pode ser notado pela cronologia do livro (1576), publicado um ano após o comandante português Antônio Salema ter expulsado os franceses de Cabo Frio, última fortaleza calvinista na região.

Diante da tentativa dos franceses de colonizarem uma parte da província, Gândavo defendia que o reino deveria, urgentemente, divulgar notícias sobre a província e, em conjunto com os nobres, financiar o desenvolvimento local, como, por exemplo, a implantação de engenhos de açúcar; e os pobres, na exploração do minério e povoação local. Formando, dessa forma, um contingente humano suficiente para explorar as riquezas da região, evitando que a França ou outros países tentassem tomar posse da região e das suas riquezas.

O patrocínio real, em expedições de colonização, auxiliaria os portugueses explorarem as riquezas locais assegurando, assim, que a província estaria sob tutela de Portugal. Em virtude disso, o cronista escreve diferentes versões da mesma obra para diferentes patronos. A primeira versão, Tratado da Província do Brasil, foi dedicada a Dona Catarina; a segunda versão, Tratado da Terra do Brasil, dedicada ao Cardeal Infante Henrique; enquanto a terceira versão, História da Província de Santa Cruz, ao nobre Don Lionis Pereira (GÂNDAVO, 2001, p.335).

No prólogo ao leitor, o cronista afirma que um dos motivos que o levou a escrever uma história da província foi a ausência de escritos portugueses sobre a região enquanto



que “os estrangeiros a tem noutra estima e sabem suas particularidades melhor e mais de raiz que nós” (GÂNDAVO, 1980, p.76). Os conhecimentos sobre as riquezas do Brasil e, principalmente, sobre a ausência de uma colonização efetiva encorajou muitos estrangeiros a saquearem a região, implementarem colônias e escreverem sua própria história sobre a região.

As “coisas dignas de grande admiração” da colônia não podiam continuar em uma situação de “descuido” pelo reino e, por isso, elas deveriam fazer parte do discurso de descoberta portuguesa, o que tornava urgente “os nossos naturais terem a mesma notícia” (GÂNDAVO, 2008, p.90). Soares de Sousa (1974) corrobora com a assertiva de Gândavo ao se considerar encarregado de “manifestar a grandeza, fertilidade do Estado do Brasil” (SOUSA, 1974, p. 5), visto que “os reis passados tanto se descuidaram” do território brasileiro. Sousa acreditava que a riqueza mineral e natural do Brasil estavam em “perigo”, em virtude do assédio das nações estrangeiras às costas brasileiras e a possibilidade de se “assenhorearem” desta província por razão de não estarem as povoações fortificadas (SOUSA,1974, p.6).

A ausência de uma colonização efetiva e o vão editorial português sobre a província cedia espaço para que as outras nações construíssem sua própria história sobre província e tentassem estabelecer colônia, como o fizeram os franceses no Rio de Janeiro (1555-1560). As diferentes histórias sobre o Brasil projetavam outras nações como exploradoras da região e outros sujeitos como os descobridores, apagando, dessa forma, a agência portuguesa na província, e a proposta editorial de Gândavo de tornar a província uma Nova Lusitânia no Atlântico.

Quanto às diferentes versões sobre o Brasil e, conseqüentemente, a construção discursiva de diferentes protagonistas, tem-se como exemplo o livro de Jean de Léry (1578). O autor afirma que muitos dos seus conterrâneos o persuadiram a escrever uma história sobre o Brasil, pois “tais coisas eram dignas de ser preservadas do esquecimento” (LÉRY, 1961, p.22) e, em vista disso, ele escreve um livro para “perpetuar aqui a lembrança de uma viagem feita expressamente à América para estabelecer o verdadeiro serviço de Deus” (LÉRY, 1961, p.19). O serviço a Deus seria o estabelecimento de uma colônia calvinista no Atlântico Sul, denominada França Antártica, a qual não logrou sucesso devido aos embates entre membros da tripulação e o capitão Villegagnon.



Um dos problemas enfrentados ao longo da estadia foram os embates bélicos com os portugueses “que não tendo conseguido conservar sua possessão não podem admitir que nela estejamos e nos dedicam ódio mortal” (LÉRY, 1961, p.26). A contestação do direito de posse lusitano, em conjunto com sua incapacidade de colonizar a região, justificava a incursão francesa no local,

Os espanhóis, e principalmente os **portugueses, gabando-se de ser os primeiros descobridores da terra do Brasil** bem como da região compreendida entre o Estreito de Magalhães, a 50° do Pólo Antártico, e o Peru e ainda aquém do Equador, sustentam ser donos desse país, considerando os franceses que o abordam usurpadores. Por isso encontrando-os no mar em condições vantajosas fazem-lhes guerra e chegam mesmo a esfolá-los vivos ou a dar-lhes outros gêneros de morte cruel. **Os franceses, sustentando o contrário, afirmam que lhes cabe parte desses países recém-conhecidos;** não os cedem de bom grado aos espanhóis e muito menos aos portugueses, antes se defendem valentemente e não raro lhes dão troco às crueldades. Seja dito sem jactância que tais inimigos não ousariam abordá-los nem atacá-los se não se considerassem muito mais fortes e não tivessem maior número de navios (LÉRY, 1961, p. 46).

Os franceses alegavam a primazia da descoberta, o que lhes davam o direito de implementarem colônias na região e lutarem para proteger as áreas sob sua jurisdição. Léry informa que o principal motivo do fracasso da expedição não foi a resistência lusitana frente à incursão francesa, mas sim a rebeldia do almirante Villegagnon em lidar com as adversidades e heterogeneidade da tripulação, pois do contrário, “boa extensão de terras pertenceria ao nosso rei e esse pedaço do Brasil com toda a razão continuaria a chamar-se França Antártica” (LÉRY, 1961, p.201).

“Os espanhóis, e principalmente os portugueses” (LÉRY, 1961, p. 46) alegavam direito de posse sobre o Brasil, o que os fariam enviar expedições assim como publicar livros apagando o protagonismo francês, como pode ser notado, respectivamente, nas obras de Pero Gândavo, *História da Província de Santa Cruz*, que vulgarmente chamamos Brasil (1586), e Antonio Herrera y Tordesillas, *Description de las Indias Occidentales* (1625).

E tornando a Pedro Álvares, seu descobridor, passado alguns dias que ali esteve fazendo sua aguada e esperando por tempo que lhe servisse antes de se partir por deixar nome aquela província, por ele novamente descoberta, mandou alçar uma cruz no mais alto lugar de uma árvore, onde foi arvorada com grande solenidade e bênção de sacerdotes que levava em sua companhia, dando à terra este nome de Santa Cruz (GÂNDAVO, 2008, p.93)

Descobriu primeiro esta Terra Vicente Yanez Piçon por mando dos reis católicos e seis meses depois, chegou por acaso nela Pedro Álvares Cabral, que estava com uma



armada portuguesa rumo às Índias e que, no percurso pela costa da Guiné, chegou à esta terra, e a chamou de Santa Cruz. A 26 de Janeiro, bem longe, [também] descobriram o Cabo Santo Agostinho, nomeado por Vicente Yanez, e, posteriormente nomeado de Cabo da Consolação pelos portugueses (HERRERA Y TORDESILLAS, 1625, p. 53, tradução nossa)

A construção dos sujeitos e espaços no texto envolveu uma articulação de valores e crenças nas práticas discursivas de um período histórico literário que se reconfigurava com a expansão marítima. As identidades sociais legitimam a diferença em relação aos outros, o singulariza na história e no discurso da descoberta, e com isso, torna sua memória digna de se perpetuar pelas próximas gerações

Os diferentes nomes atribuídos ao Brasil demonstram como o discurso foi determinante para a construção de uma história de descoberta e de uma memória destas nações dado o valor simbólico dos relatos de viagem nas práticas discursivas no século XVI. Os relatos exigem um agente da ação de viajar e da ação de descobrir que discorra de forma detalhada e precisa sobre os eventos vistos e vividos, pois “os enunciados posicionam os sujeitos – aqueles que produzem, mas também aqueles para quem eles são dirigidos” (FOUCAULT apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 68).

A partir dos conceitos foucaultianos, entendemos que o discurso da descoberta posiciona aquele que será o descobridor e a quem irá se dirigir a narração sobre este evento. O papel de agente e paciente da descoberta e destinatário da escrita são posições exigidas pelo discurso da descoberta, o que indica que a posição de descobridor pode ser assumida por outros sujeitos que se posicionam ou são posicionados como descobridor, indicando, assim, que os textos seguem uma regra escriturária que dialoga com as práticas discursivas e sociais.

Esse papel de descobridor é um dos principais elementos reivindicados por Gândavo e Popelinière. A ausência de livros portugueses sobre o pioneirismo lusitano no Atlântico Sul cedia espaço para que outras nações ocupassem o espaço textual de descobridor e a ausência de registros manuscritos franceses sobre a descoberta do Brasil impossibilitava um questionamento jurídico da região perante o Papa.

Considerando os diferentes contextos sócio-político e comunicativo em que foram utilizados e as estruturas e convenções sociais interiorizadas, os topônimos Brasil e Terra de Santa Cruz assumiram mais de um valor neste discurso de descoberta, o que os tornam plurivalentes. Terra de Santa Cruz simbolizava o compromisso do reino com a propagação



do evangelho aos gentios assim como ratificava que aquele território era propriedade portuguesa enquanto Brasil simbolizava um dos principais bens da província e o nome atribuído por “[pessoas] não habilitadas para dar nomes às propriedades da Real Coroa” (BARROS, 1582, p.392, grifo do autor) .

O pioneirismo da descoberta portuguesa e francesa no Novo Mundo não poderia desaparecer com o passar do tempo e, por isso, a memória precisava ser registrada em um suporte físico para assegurar sua imortalidade na sociedade. As palavras que governavam a dinâmica política e religiosa precisavam ser preservadas no seio das práticas sociais e discursivas da sociedade e servirem de base para textos vindouros.

Considerações finais

A partir de um breve percurso pelas obras de Gândavo (1576) e Popelinière (1582) entendemos a que construção da memória da expansão marítima estava vinculada à “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente (...) reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (HALBWACHS apud SELIGMANN-SILVA, 2016, p. 80).

Com base nessa premissa, entende-se que a construção da memória nacional, como proposta pelos cronistas, não envolve, necessariamente, um registro fiel dos fatos passados, mas uma interpretação sobre os sujeitos e os eventos pautados em preceitos políticos, religiosos e ideológicos tanto dos cronistas quanto do público leitor projetado, que determinaram o que era digno de ser registrado e aquilo que era digno de ser apagado em prol de uma identidade coletiva.

Halbwachs (1990, p.55) afirma que a “memória é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda dos acontecimentos do presente e, no restante, é preparada por outras reconstruções realizadas em tempos anteriores” (HALBWACHS, 1990). O passado do Brasil, sob esse viés, não é o mesmo para Pero Gândavo e Lancelot Popelinière por haver diferentes projeções discursivas e ideológicas sobre a região, seus reinos e o cenário de disputa pelas terras do Novo Mundo.

Por mais que os relatos de viagem se configurassem como testemunho do evento ocorrido e, por isso, instância textual que remetia a uma verdade baseada na experiência e na observação, que afastava qualquer especulação de ficção e mentira, as obras *Trois*



Mondes (1582) e História da Província do Brasil (1576) são construções discursivas sobre um passado que se queria glorioso e digno de perpetuação escriturária.

Nora (1993) afirma que os sujeitos fazem uso dos mais diversos artefatos para superar o esquecimento como, por exemplo, mediante um livro. Considerando a pesquisa apresentada, entende-se que os livros de Gândavo e Popelinière visavam projetar o Brasil como parte das memórias marítimas dos seus reinos indicando, com isso, que os embates de poder nunca são definitivamente mantidos por qualquer pessoa ou grupo social, mas se mantém como algo pelo que se luta constantemente (FOUCAULT, 2011).

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2010.
- BARROS, João de. Ásia. Primeira Década. In: **Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente**: primeira, segunda e terceira Décadas. Edição fac-similar. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 3v. 1988.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 31 de março de 2023.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes. **História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses**. Volume I. Coimbra, Portugal. Impressão de João de Barreira e João Álvares, 1551.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio 99 de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **Inscription and Erasure**: Literature and Written Culture from the Eleventh to the Eighteenth Century. Tradução de Arthur Goldhammer. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007.
- COSER, Stelamares. Lugares de memória. In: GONZÁLEZ, Elena C. P.; COSER, Stelamares. **Em torno da memória: conceitos e relações**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2017.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.
- DICKASON, Patricia. **The Brazilian connection**. A look at the origin of French techniques for trading with Amerindians. In: *Revue française d'histoire d'outre-mer*, p.264-265, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **O que é o autor?** Organizadora Sônia Queiroz, tradução de Nathália Campos. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2011.
- GAFFAREL, Paul. **Histoire du Brésil français au XVIe siècle**. Paris: Maisonneuve, 1878.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. **A primeira história do Brasil**. História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Notas de Sheila Hue e Ronaldo Menegaz, 2004.



GANDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da Terra do Brasil; História da Província Santa Cruz.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GODINHO, Maria de Lurdes. **Um olhar europeu em viagem: identidade, memória e espaço híbridos em Annemarie Schwarzenbach.** 2011.294f. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura). Faculdade de Letras, Departamento de Estudos literários, culturais e interartísticos, Universidade do Porto. Porto, 2011.

GÓIS, Damião de. **Chronica do felicíssimo Rey D. Emanuel da gloriosa memória.** Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1949.

GREENBLATT, Stephen. **Possessões Maravilhosas: o deslumbramento do Novo Mundo.** Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 1996.

GREENBLATT, Stephen. **Marvelous Possessions.** The Wonder of the New World. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio. **Description de las Indias Occidentales.** Madrid: Oficina Real Nicholas Franco, 1730 [1625]. Disponível em: https://archive.org/stream/gri_descripcionl01herr#page/n89/mode/2up/search/pedro. Acesso em: 31 de março de 2023.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil.** Tradução de Sérgio Milliet Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares.** In: Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OKUNEVA, Olga. Ensaio sobre o mapa Brasil de G. Gastaldi pertencente ao Delle navigationi e viaggi de G. B. Ramusio (1556; 1565; 1606). In: **Terra Brasilis**, v. 2. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/715>. Acesso em: 4 de outubro de 2023.

PARKS, Mary Anne. **Three Centuries of Voyages: 1558-1861.** Sidney: Hordern House, 2011.

PEPELINIÈRE, Lancelot. **Les Trois Mondes.** Paris: 1582. Disponível em: <https://archive.org/details/lestroismondes00lapo>. Acesso em: 31 de março de 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Auschwitz: história e memória. In: **Pro-Posições**, v. 11, nº 2, p.78-87, 2016.

SOUSA, Gabriel de Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** Edição Francisco Adolfo de Varnhagen. Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert, 1851.

VIDAL, Laurent. **La présence française dans le Brésil colonial au XVI^e siècle.** Cahiers des Amériques latines, n. 34, p. 17-38, 2000.

